



O pensamento jornalístico de Albert Camus: crepúsculo do liberalismo tardio europeu

Francisco RÜDIGER¹

Resumo:

Albert Camus se consagrou pelo mundo afora como escritor e ensaísta, mas foi também intelectual público e homem de imprensa. Nosso trabalho foca no segundo aspecto, sublinhando alguns termos do que seria seu pensamento jornalístico. Repórter de jornais em seu país natal, a Argélia, Camus foi, na França, figura maior do *Combate*, ao final da II Guerra. O presente ensaio considera a trajetória, para esclarecer as concepções jornalísticas subjacentes, desde o ponto de vista doutrinário e histórico. A tese é a de que, anacrônica e utópica à luz das tendências em curso na sua época, a perspectiva camusiana representou em seu país ao mesmo tempo auge e crepúsculo do liberalismo tardio europeu.

Palavras-chave: Albert Camus; teorias do Jornalismo; imprensa liberal.

Albert Camus's journalistic thinking: twilight of european late liberalism

Abstract:

Albert Camus is celebrated around the world as writer and essayist, but he was also a public intellectual and man of the press. This paper focuses on the second aspect, underlining some features of what would be his journalistic thought. A newspaper reporter in his home country, Algeria, Camus was, in France, the greatest figure of *Combat* at the end of World War II. We consider this trajectory, to clarify its underlying journalistic conceptions, from the doctrinal and historical point of view. We conclude that, anachronistic and utopian in front of the journalistic trends of that time, the Camusian perspective represented in France both the height and the twilight of the late European liberalism.

Keywords: Albert Camus; theories of Journalism; liberal press.

El pensamiento periodístico de Albert Camus: crepúsculo del liberalismo tardío europeo

Resumen:

Albert Camus es celebrado en todo el mundo como escritor y ensayista, pero también fue un intelectual público y hombre de prensa. Este trabajo se centra en el segundo aspecto, subrayando algunos rasgos de lo que sería su pensamiento periodístico. Reportero en su país natal, Argelia, Camus fue, en Francia, la figura máxima del *Combate* al final de la Segunda Guerra Mundial. Consideramos esta trayectoria, para esclarecer sus concepciones periodísticas, desde el punto de vista doctrinal e histórico. Concluimos que, anacrónica y utópica frente a las tendencias periodísticas de la época, la perspectiva camusiana representó en Francia tanto el apogeo como el ocaso del liberalismo tardío europeo.

Palabras clave: Albert Camus; teorías del periodismo; prensa liberal.

¹ Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica. Publicou recentemente *As Teorias do Jornalismo no Brasil* (Florianópolis: Insular, 2020). A pesquisa contou, na etapa preliminar, com a ajuda de Arthur Grohs, da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS). Todas as traduções são de nossa responsabilidade.



Introdução

Prêmio Nobel de Literatura de 1957, Albert Camus consagrou-se intelectualmente como escritor, dramaturgo e ensaísta, mas vale lembrar que, por alguns anos, também atuou na imprensa periódica, seja na Argélia, sua terra natal, seja na França, onde veio a falecer, em 1960. Durante três períodos, exerceu o jornalismo de forma regular e cotidiana em distintos veículos, a ponto de se projetar como um de seus maiores nomes no país de acolhida, por volta de 1945. Noticiarista, repórter e, por fim, editor em Argel, entre 1938 e 1940, Camus, já no continente europeu, ingressou na Resistência, para tornar-se redator chefe e editorialista do jornal *Combate*, na fase final da II Grande Guerra. Tendo se afastado por alguns anos, no entanto, ainda voltaria a exercer o ofício entre 1955 e 1956, em apoio ao retorno de Pierre Mendes France à chefia do Conselho de Ministros, via uma coluna no semanário *L'Express*.

Apesar do relativo distanciamento em relação à vida pública por ele adotado em seus anos finais, Camus manteve firme, durante muito tempo, o credo no papel de liderança pretendidamente exercido pelos intelectuais no esclarecimento político e na condução dos destinos de sua sociedade. Interveio com força no jornalismo, por meio de artigos, reportagens, editoriais, entrevistas, relatos de viagem etc., que lhe trouxeram notoriedade equiparável à de figuras tão distintas no publicismo de seu tempo quanto o foram François Mauriac, Jean-Paul Sartre e Raymond Aron (Judt, 2014; Aronson, 2007; Welch, 2006). Ajudando nas oficinas, comandando periódicos e integrando coletivos de imprensa, procurou interpretar a revolta contra as injustiças que, segundo ele, mora em nossos corações, sem sucumbir no extremismo virtualmente assassino a que tendem, em seu ver, suas formas de expressão revolucionárias (Camus, 1951; Isaac, 1992).

Ainda pouco explorada, mesmo pelos estudiosos que vieram a focar na sua relação com a área, é, em nosso ver, a contribuição dada pelo escritor, se não à teoria, pelo menos ao pensamento jornalístico de sua geração. Surgiu com o tempo não apenas a reunião de seus trabalhos na área (Camus, 2007; 2013), mas literatura especializada, muito rica e detalhada sobre sua atuação (Guerin, 1990; Hamouda, 1991; Smets, 2011; Cazin, 2014; Santos-Sainz, 2016). Vamos, no que segue, levar em conta estes e outros trabalhos, para conduzir análise orientada no sentido de esclarecer as concepções que guiaram suas intervenções no âmbito do jornalismo.

Partindo da premissa de que a experiência jornalística camusiana foi uma espécie de filosofia aplicada, interessa-nos explorar, pois, neste ensaio, o pensamento a que aquela



primeira deu lugar em seus diversos estágios. O método de estudo é histórico e analítico, isto é, ajustado ao caso, mas mantendo conexão com o que lhe transcende desde dentro: ou seja, o tema, paradigmático, para a área de conhecimento desta publicação, do pensamento jornalístico.

A partir da revisão da literatura disponível e da coleta da documentação necessária, procedeu-se à primeira leitura do problema, de modo a identificar textualmente algumas de suas linhas de força. A principal preocupação que se manteve em vista, durante esta fase, foi não violentar a experiência histórica que lhe seria subjacente; evitar ao máximo a projeção de teorias arbitrárias e o emprego de conceitos exóticos aos materiais e contextos em discussão. Os argumentos que se pode obter, assim, por sua vez permitiram, numa segunda etapa, ordenar a exposição e, numa terceira e última, desenvolver a interpretação de conjunto do fenômeno em investigação.

Esmiuçando um pouco mais, significa, metodologicamente, que: a) a seção propriamente histórica se fixou nas informações indispensáveis ao entendimento da análise; b) o problema discutido e interpretado na seção final foi formulado com base no argumento extraído dela; e c) a primeira parte consiste na devida justificativa e exposição do referido argumento. Para situar o leitor no plano propriamente material, isso quer dizer que: a) o primeiro segmento desenha as linhas gerais da militância camusiana no campo do jornalismo, salientando-lhe as circunstâncias mais abstratas; b) o seguinte sumaria sua trajetória e as intervenções objetivas que dela se originaram; e c) o último procede a um comentário crítico do jornalismo que ele reflexivamente encarnou, chamando atenção para suas limitações no tocante à consciência histórica, antes que à substância de suas proposições teóricas.

O homem e as ideias

Camus exercitou teoria do jornalismo que, em vez de exposta em um tratado à parte de sua obra literária e publicística, sob a forma de uma análise específica, mais ou menos sistemática, se encontra em uma reflexão surgida durante o próprio fazer. Como outros tantos expoentes da profissão, “ele escreveu sobre a imprensa desde dentro do jornal, na medida em que praticava seu ofício” (Frank, 2012, p. 184). Se é fato que sua vida e sua obra artística se pautaram pelo seu compromisso em ser justo e verdadeiro, isso incluiu o jornalismo, via um desenvolvimento muito singular da ideia de objetividade que, à revelia das doutrinas anglo-saxãs do entreguerras, emerge de suas intervenções com a coisa mesma.

Atualmente, falar em jornalismo literário remete seja ao fazer jornalístico por meio de livros, seja ao emprego de expedientes ficcionais por parte dos jornalistas (Ferreira, 2004). Deve-se notar, porém, que, exceto nos Estados Unidos e na Inglaterra, até meados do século



20, não havia lugar para o emprego dessa expressão. O jornalismo era simplesmente visto e praticado, não como uma técnica, mas como um gênero literário na maior parte do planeta que o conhecia. Os jornais haviam perdido muito de seu conteúdo partidário, se esvaziado do sentido doutrinário que tanto os marcara no período anterior, mas seguiam sendo predominantemente literários na forma de expressão do que lhes interessava ou dizia respeito.

Por mais que, nos países anglo-saxões, houvesse surgido e rápido se desenvolvido a indústria das notícias, nos demais seguia predominando, até àquela altura, a crônica, a apresentação comentada dos acontecimentos do momento. Inexistia a preocupação em tratá-los como simples fatos, produzir um texto distanciado, objetivo, por parte da redação; havia, sim, o flerte com a expressão poética e a erudição nas palavras, a exploração de gênero literário. Os jornalistas se viam como escritores ou, no mínimo, como literatos profissionais, e o importante era “a capacidade de defender uma linha editorial” (Neveu, 2006, p. 29). Apesar de o noticiário ser cada vez mais abundante, sua presença era de menor relevância em comparação com o posicionamento da redação a seu respeito, confeccionado em estilo mais ou menos livre de regramentos padronizados. A matéria principal eram os artigos literários sobre assuntos de ordem pública, isto é, política, jurídica, econômica e intelectual – a crônica dos acontecimentos de interesse dos leitores (Jouvenel, 1920).

Camus, em resumo, viveu a transição desse paradigma jornalístico para as formas mais influenciadas pelo jornalismo anglo-saxão desencadeada após o final da Guerra (Delporte; Blandin; Robinet, 2016), sem abrir mão da missão publicística atribuída à imprensa desde o início do século 19. Sua obra jornalística revela-se profundamente marcada pela consciência cívica liberal e pela crença na capacidade de os intelectuais mudarem o curso dos acontecimentos que surgira com Zola (1998). Para ele, preocupar-se com a objetividade em jornalismo significava prevenir a tomada mecânica de partido, o engajamento linear e direto contra ou a favor de um sujeito político, sem exame do que do está em questão no caso à luz do que seria justo para os homens (Camus, 1984). O jornalismo é em si mesmo uma causa, a da justiça que pode haver nos assuntos públicos de interesse mais ou menos imediato, mas por isso mesmo algo que não se pode levar sem julgamento, sem cuidado com a devida verdade.

Assim sendo, não haveria, em seu ver, que separar fato e opinião, como se começara a falar e tentar fazer na imprensa anglo-saxã a partir da virada para o século passado (Chalaby, 1998; Schudson, 1978), visto que o primeiro, o fato, só tem sentido em correspondência com o segundo, a opinião. A opinião que os acontecimentos costumam nos pedir só pode almejar veracidade se for justa com os homens neles implicados, visto os fatos não terem relevância fora do mundo por nós compartilhado. O jornalista não tem como deixar de se posicionar diante



do que toma conhecimento e tem o dever de elaborar e expressar seu pensamento a respeito para o público. A fidelidade aos seus próprios princípios políticos não pode, porém, se sobrepor aos fatos, ao compromisso de falar claramente, com justiça e ponderação, a partir do ocorrido, em vez de entregá-los a seus desejos, à sua causa: esta é a moral do jornalista. O respeito às evidências é o que distingue seu ofício daqueles do ficcionista, do propagandista e do traficante de sensações (“*fait-divers*”).

Camus acusou os problemas, expressou-se a respeito de modo a causar não pouco descontentamento entre os colegas, e retratou negativamente o trabalho dos jornalistas e o papel dos jornais em seus romances (Guerin, 2007). Rambert, personagem de *A peste* (Camus, 1947), nos dá sinal de que, segundo a visão do escritor, os jornalistas nos dão, por vezes, visão extremamente viciada ou distorcida dos acontecimentos. Não somente porque os seus relatos sofrem a interferência de interesses alheios ao que lhes seria próprio, mas porque eles tendem a se expressar via formas degradadas de linguagem, desde o ponto de vista literário e intelectual.

Sempre lhe repugnou o fato de já a imprensa popular de sua época pôr a exploração da novidade, na maior parte das vezes sem relevância pública, à frente do esclarecimento dos problemas nacionais e da discussão dos desafios que tem de enfrentar a humanidade. Por meio dela, a forma triunfaria sobre o conteúdo, a estética tomaria o lugar da procura pela verdade, assistir-se-ia à “proliferação de layouts com o intuito de vender jornais, com manchetes em fontes largas sem qualquer relação com o valor da informação contida nos artigos que eles introduzem” (Camus, 2007, p. 25).

Significa dizer que Camus viveu o jornalismo sem poupar-lhe crítica, mesmo antes de cair em desencanto e abandonar definitivamente o ofício, após fracassarem suas tentativas de conciliar os interesses de magrebinos e franceses, via o emprego da discussão pública, na segunda metade dos anos 1950. Como ocorreu com tantos outros dentro e fora do meio, era ambivalente sua relação com a imprensa. Apaixonado pela profissão que foi, durante certo tempo, a sua principal, ele também não a deixou a salvo de duros questionamentos. Em seu ver, fora ela, em parte, responsável pela derrota de seu país em 1940: a imprensa francesa não precisou ser desvirtuada pelos nazistas, pois já estaria corrompida antes mesmo de estourar a Guerra.

[Durante a III República,] a fome de dinheiro e a indiferença à grandeza haviam se combinado para dar à França uma imprensa que, com poucas exceções, não tinha objetivo algum além desse engrandecimento do poder de poucos, e efeito algum senão o de rebaixar a moralidade de todos (Camus, 2007, p. 22).



Ainda assim, seria um erro, em nosso ver, acatar linearmente estas críticas, seus últimos juízos a respeito, para tomá-lo como um niilista em relação ao jornalismo, um negacionista, responsável pela condenação do modo de ser da imprensa, necessariamente falho e limitado, desde o ponto de vista da moral e, portanto, em seu modo de pensar, da verdade. Camus não descartou a possibilidade de o jornalismo eventualmente ser tão criativo quanto a literatura (Todd, 1996). Julgava-o atividade cívica da mais alta importância, forma de fazer política com independência, uma das profissões mais belas que conhecera, na qual se sentia em casa, sempre que se revelasse engajada em causa pública visando a estabelecer uma verdade, mais que factual, moral e histórica (Guerin, 2007).

Jamais tendo sido filósofo, no sentido de ser criador de uma visão de mundo original ou proponente de uma análise lógica a respeito de uma categoria mundana, inclusive a literatura e o teatro, como se disse, Camus endossou a doutrina liberal e procurou propagandear em ato, se não a teoria, ao menos versão tardia de sua ética. Tendo extraído sua filosofia de vida dos moralistas clássicos, ele vinculou a paixão com que se entregou às atividades jornalísticas, durante uns poucos anos, à tradição do publicismo humanista e liberal que o autor, por sua vez, julgava possível pôr em dia com as circunstâncias e as expectativas da sociedade democrática do século 20.

Sobretudo um artista e literato, ele não pode ter e, ao que parece, jamais teve interesse em elaborar uma teoria, enveredar pela reflexão sistemática sobre seus temas de preocupação. Contentava-se em problematizar as situações que sua consciência moral exigia, visando a fazer seu público repensá-las, talvez fazê-lo revisar suas atitudes. Como ensaísta, igualmente pôs a condição humana no centro, seja invocando o atemporal, como o tema do suicídio, por exemplo, seja comentando o imediato, o caso da pena de morte, para darmos outro exemplo. Camus soube, como poucos, oscilar, no viés, entre os extremos do eterno e do agora, tanto na arte, quanto no ensaio, livre exercício do pensamento.

Ainda que o fenômeno total não seja uniforme e sua análise concreta exija apreciação dialética, partimos da tese de que seu engajamento com o jornalismo deve ser visto desde o segundo aspecto, o do enfrentamento das situações; teria sido escoadouro privilegiado de sua preocupação com o tempo presente, a plataforma com que, pressionado por sua consciência, tanto quanto pelas circunstâncias, procurou responder aos desafios e interpretar com objetividade e justiça sua experiência da atualidade.

Apesar de nos parecer exagero afirmar que a experiência jornalística é a fonte de onde jorra a inspiração para suas criações poéticas e literárias, estamos de acordo com o juízo segundo o qual “Camus não considerava o jornalismo um gênero menor”, ao reconhecer “que



suas reportagens, artigos e editoriais foram confeccionados a partir do mesmo impulso que nutria sua obra literária” (Santos-Sainz, 2016, Cap. 7). Para ele, o jornalismo, em vez da empresa, é função do jornalista, e este não pode se limitar a dar informações. O jornalista deve ser um curador da opinião pública. O historiador e o jornalista têm muitos pontos em comum: ambos devem ter a verdade como “preocupação primordial” – mas diferem no registro de intervenção. O historiador se ocupa do passado e nos informa sobre o que nele aconteceu de mais importante. O jornalista, ao contrário, é um “historiador do momento presente”, que se ocupa do dia anterior e deve nos orientar em relação ao que está acontecendo e, às vezes, até ao que está por vir (Camus, 2007, p. 24).

Finda a II Guerra, ele comentou sobre os expurgos políticos em curso no seu país, a condição de vida e a situação material da classe operária, o processo de descolonização europeia, o problema argelino, a guerra civil grega, as rebeliões contra os regimes comunistas na Europa Central etc., tentando prevenir o extremismo político ou reproduzir o jogo de interesses do momento, desde um viés liberal e humanista. Em seu ver, o jornalismo é essencialmente político, o resto, sendo acessório, dá margem à sua corrupção – mas por isso mesmo ele é práxis que está sempre à beira de se entregar à demagogia. O jornalista deve ser um intelectual, mas, influenciado pelo poder do dinheiro, em que se sustenta, está sujeito ao oportunismo, e pode mentir, pensar que pode manipular a consciência de seu público. A democracia, sendo o regime do contraditório e do respeito ao adversário, da pluralidade de opiniões, é contexto onde desenvolve sua atividade – mas essa também pode ajudar a enfraquecer ou mesmo contribuir para destruir a democracia, sempre que sucumbe no discurso demagógico e ou se entrega à mentira.

As linhas mestras do pensamento político camusiano consistiam na moderação inteligente e na insistência em valores morais. A participação na imprensa diária permitiu que ele transferisse para a análise dos acontecimentos os mesmos critérios aplicados à análise política [da atualidade]. Como [repórter do *Alger Républicaine* e] editorialista do *Combate*, ele produziu um jornalismo diário que muito se aproximava de seus ideais (Barreto, 1971, p. 126).

Camus chamou a imprensa francesa de seu tempo ao questionamento sobre suas origens, argumentando que, se, por um lado, ela ajudara a ampliar a influência de alguns grupos, não de todos, de outro, terminou rebaixando a moral pública, ao promover o sensacionalismo e a irresponsabilidade política. Conferiu prestígio aos que, embalando liberalismo ingênuo oriundo do início do século 19, recitavam o mantra contra a venalidade da imprensa, até então muito



presente na vida de seu país e novamente escancarada durante a Guerra, a ponto de sua pessoa gerar forte reação negativa entre os colegas de outros veículos, quando aquela terminou.

Para ele, o tempo, todavia, não mudara a perspectiva, e a missão que prescrevera para o jornalismo seria capaz de se impor às circunstâncias: seguiria firme a esperança de que a imprensa conservava os meios para se reerguer moralmente, poderia orientar livre e pluralmente o público, conduzir-se independentemente em relação ao poder econômico. O jornalismo poderia triunfar, se, chamado a cumprir com seu dever, com o compromisso ético que deve ter, ele se deixasse guiar pela verdade, desde distintos pontos de vista, já que o valor de uma nação se mediria pelos valores defendidos pela sua respectiva imprensa (Winnock, 2000, p. 521-534).

Após a I Guerra, consolidara-se, no jornalismo francês, distinção entre “imprensa de informação” e “imprensa de opinião”, a qual, a par de sua conversão em empresas, ocorrida ainda antes (Jouvenel, 1920; Lauzanne, 1925), deveria ser superada. Para Camus, o jornalismo digno do nome não é e nem tem de ser imediatamente ideológico: esse tempo passou; mas também não deveria ser mera aplicação de uma técnica de informação, como se passara a apregoar, nos países anglo-saxões. A missão que lhe está reservada consiste em captar e interpretar a experiência cotidiana portadora de significado político, seja local, nacional ou internacional, a partir de certos valores, para o poeta e ensaísta, universais, como a independência individual, a integridade intelectual, o equilíbrio moral e a verdade histórica.

Artista e homem de ideias, ele se expressou por meio da ficção e do jornalismo, optando numa e noutro pelo engajamento moral, em vez de ideológico; jamais foi um filósofo político e, apesar de ter se identificado como jornalista profissional, se recusava a ver a atividade como indústria. Rejeitando a saída revolucionária, tendente à manipulação e à violência, ao crime e ao assassinato, ele não se entregou à alternativa simplista que constituía a revolta inconsequente contra a injustiça (Camus, 1951), sublimando seus motivos tanto na arte e na literatura quanto nas suas contribuições à imprensa periódica.

Quer-se hoje (Ouingnon, 2015; Santos-Sainz, 2016) fazer do jornalismo de Camus um paradigma a ser recuperado e seguido, para enfrentar a crise que a profissão passa, ao se ver confrontada não apenas pelas autoridades e pelas empresas, como era no passado, mas pelas redes sociais e pelos novos circuitos da notícia e da opinião. Remetendo a uma experiência que reuniria as perspectivas política, existencial, moral e ética, o jornalismo camusiano forneceria um modelo teórico de cunho deontológico e prático sobre como o nosso poderia se reestruturar.

Nós não cremos que isso seja necessário ou vá prosperar, conforme proposto. Jamais faltará quem leia Camus e dele retire inspiração. Ainda que para poucos, suas obras e seu exemplo, devido aos méritos e valor, vieram para ficar, parecem-nos imorredouras. Ocorre,



porém, que, se, como vamos mostrar na seção final, as premissas em que se baseariam suas intervenções já eram frágeis em seu tempo, elas, em seguida, tornaram-se insustentáveis, no contexto de desenvolvimento do jornalismo após a II Guerra.

A trajetória e suas estações

Nascido de família pobre em uma vinícola de Mondoví, em 1913, no período em que a Argélia era colônia francesa, Camus forjou-se pelas circunstâncias, pela sorte e pelo talento. Órfão de pai ainda na infância, cresceu vendo a mãe – uma faxineira analfabeta e parcialmente surda – tendo de trabalhar para, sozinha, sustentar a família. Viveu sua adolescência em Belcourt, até hoje um dos bairros mais segregados e violentos da capital do país. Descoberto e incentivado por Louis Germain, ele veio, porém, a estudar no principal liceu da cidade e, em seguida, a ingressar na Universidade de Argel.

Ocorreu, no entanto, que, privando-lhe a tuberculose o acesso à carreira acadêmica, Camus terminasse se inserindo nos meios artístico e político de sua terra e, assim, vindo a escrever ensaios e ficção que o ajudaram, apesar da relutância, a ingressar na redação de um novo jornal de esquerda, não comunista, recém-fundado na cidade, o *Alger Républicain*, em 1938. Confiada à direção do célebre falsário Pascal Pia (Pierre Durand, 1903-1979), Camus vive, nessa folha, seu primeiro auge como jornalista. Valeu-se da crônica judiciária para fazer denúncia dos arbítrios governamentais e das injustiças inerentes à colonização francesa na Argélia. Ensaando o que hoje se chama de jornalismo investigativo, já que a prática da reportagem se tornou muito cara e deixou de ser tarefa rotineira dos profissionais, não ficava preso à redação. Fazendo suas próprias pesquisas e acrescentando informações da literatura especializada, contribuiu mais de uma vez para desmontar as falácias do senso comum reproduzidas pelas autoridades e para alertar os leitores sobre o perigo do cometimento de injustiças contra os árabes.

Qualquer que tenha sido a causa em que se empenhou durante essas situações, nenhuma teve tanta repercussão quanto a que obteve com as reportagens sobre as condições de vida dos berberes das montanhas, uma série, publicada com o título *A Miséria da Cabília*, em 1939. Redigida em primeira pessoa, a sequência de textos criou estilo, que inclusive viria a influenciar sua carreira de escritor. Vale, todavia, notar as marcas que a distinguem de sua literatura ficcional, como a sensibilidade para a experiência imediata vivida pelo outro, a exploração do poder descritivo da linguagem, o emprego de dados estatísticos visando a embasar a argumentação etc. Saindo do trivial, Camus foi até a região em que nenhum jornalista costumava pôr os pés, para expor sua pobreza, estupidez e abandono.



Era uma região superpovoada, que tinha de importar trigo, mas não dispunha de meios para pagá-lo; suas melhores terras haviam sido confiscadas há muito tempo pelos colonos franceses. Apenas a caridade permitia a sobrevivência na Cabília. Camus acumulou fatos e números, descreveu a natureza e a quantidade de alimentos disponível, a natureza e a inadequação do sistema escolar. Apresentou resultado de um estudo de investigação local, feito a partir de entrevistas com as vítimas do sistema colonial. Assim como em seus informes sobre o judiciário, se expressava em primeira pessoa e demonstrava indignação pessoal (Lottman, 1994, p. 244).

Camus escancarou a miséria do povo argelino sob o regime colonial francês fazendo-a falar por meio de sua reportagem, pondo à luz suas várias facetas de maneira eloquente, a ponto de causar embaraço para as autoridades e se tornar, como os companheiros do jornal, inimigo da administração (Kaplan, 2013). Inviabilizando-se a publicação devido à escassez de papel, logo que iniciou a Guerra, Camus, entretanto, vê-se guindado, no final de 1939, à condição de chefe de redação de seu sucessor imediato, o vespertino muito mais modesto, publicado em uma só folha, frente e verso, chamado *Soir Républicaine*.

Submetida à censura e, em seguida, proibida a continuidade de sua publicação, após a rendição francesa aos exércitos alemães em 1940, Camus decide seguir os passos de Pia e mudar-se para o continente. Atende solicitação do companheiro e assume, por poucos meses, a secretaria de redação do maior jornal do país, a folha popular *Paris-Soir*. Dispensado poucos meses depois, até por incompatibilidade com a linha editorial da empresa, predominantemente escapista, para dizer o mínimo, ele aceita convite para prestar serviço à Editora Gallimard. Retorna com toda a força para a atividade literária, iniciada ainda na Argélia. Três anos depois, Pia faz-lhe novo chamamento e o nomeia redator-chefe do órgão da resistência à ocupação alemã, o jornal *Combate*.

Saindo da clandestinidade, onde fizera fama, a folha chega, no final de 1944, a tirar 300 mil exemplares por dia, tornando-se a principal referência jornalística para os setores mais intelectualizados da população. Camus escreve os editoriais e passa a abordar diversos assuntos, nacionais e internacionais. Desejando acrescentar seu ponto de vista ao dos colegas, formadores de um coletivo suprapartidário, estabelece um programa para a publicação. Nessa fase, escreve Winock (2000, p. 533):

[Camus,] longe de ser colaborador distante, um jornalista pago por lauda [como ainda era, em parte, costume na imprensa da época] esteve envolvido por inteiro, apaixonado pelo caráter coletivo do trabalho, o barulho das máquinas, o cheiro da prensa, as brincadeiras e os copos de vinho bebidos com os tipógrafos, o clima de camaradagem. Começara a gostar de tudo isso no *Alger Républicain*. Depois, a guerra havia reforçado sua certeza da enorme responsabilidade do jornalismo. Não se podia permitir que fosse exercido por



meros amadores, comerciantes de papel ou proprietários preocupados unicamente com seus lucros. Era preciso substituir a imprensa venal de antes da guerra por um jornalismo probo, no qual os escritores teriam lugar.

Entretanto, ocorreu, viu-se logo, que os intelectuais não acolheram a proposta em unísono; a classe jornalística se dividiu a respeito, revelando reticências, se não hostilidade, algumas vezes; e o público leitor em geral não o prestigiou da forma esperada. Ainda em 1945, as tiragens do jornal caem de 185 para cerca de 150 mil exemplares. Surgiram concorrentes que, vindo a adotar filosofia editorial semelhante, tornaram-se mais fortes, como *Le Monde*. Camus afasta-se da direção, mais para o final do ano, a fim de se dedicar a outras atividades, passando a colaborar apenas esporadicamente.

Combat representou logo depois da guerra a imprensa que trazia para os tempos de paz a filosofia que justificou a resistência. A política das mãos estendidas reuniu, numa só euforia, socialistas, comunistas, democratas cristãos e liberais. Terminada a guerra e voltando os partidos a disputar o poder, logo apareceram [porém] dissensões nos aliados de véspera. A equipe do jornal, também por razões financeiras, mas principalmente por dificuldades políticas se dividiu (Barreto, 1971, p. 22; Delporte; Blandin; Robinet, 2016, p. 91-173).

Camus viaja aos Estados Unidos e passa a ser reconhecido como escritor e dramaturgo, fora seu novo trabalho, como diretor de coleção, na Editora Gallimard. Em 1947, vende, com outros sócios, sua parte no jornal, que, no entanto, continuaria sendo editado até 1974. Segue colaborando em revistas e jornais, intervindo na agenda pública de seu tempo. Após polêmica com Sartre, a propósito de seu ensaio sobre revolta e revolução, sucedem-se os dissabores (Aronson, 2007; Judt, 2014). Jornalistas da velha e da nova geração veem seu retorno às salas de redação (*L'Express*, 1955-1956) às vezes como traição a seus próprios ideais e, noutras, como sinal de capitulação a um jornalismo moderno, inspirado no modelo americano. Tendo falhado sua tentativa de mediar o conflito entre franceses e argelinos, promovida pela imprensa, ele decide emudecer e só volta a ter atenção dela como celebridade, ao ser brindado com o Prêmio Nobel, em 1957.

Amargurado com a experiência pública, acusada de mendacidade, cenário privilegiado da “mentira sistemática” e do envenenamento ideológico, Camus decide “renunciar ao jornalismo regular” e, ainda que deixando porta entreaberta para retorno, à própria ação política no espaço público (Lottman, 1994, p. 677). Frustrado com seu próprio fracasso, volta-se para a arte, o teatro, falando com ressentimento de sua época de jornalista. “Inclusive à época em que eu fazia jornalismo, preferia montar páginas na mesa de madeira da oficina a fazer a redação deste tipo de pregação que chamamos de editoriais” (Camus *apud* Lottman, 1994, p. 660).



Apogeu e crepúsculo

Dissemos, em síntese, que, segundo Camus, a verdadeira tarefa do jornalista não consiste em dar notícias, mas fornecer os meios para interpretar o que elas dizem para o grande público. O jornalista é mais importante do que a informação, precisa ter ideias, já que cabe a ele dar sentido à anarquia dos acontecimentos. A tomada de partido que a profissão admite não deve ser subserviência ao comando alheio, porque se não pode haver bom jornalismo só com objetividade, também não haverá se a opinião indispensável não for independente. O resto fica por conta da devida isenção, no sentido de independência intelectual diante dos poderes constituídos.

Significa que o escritor argumentou em favor e tentou manter em prática, em meados do século 20, a crença, oriunda do final do anterior, da era liberal, de que, em sendo sério, o jornalista se guiaria apenas por sua consciência e poderia ilustrar um público convertido em audiência cativa unicamente devido à transparência e ao senso de justiça de suas manifestações (Woolfolk, 1986). Pensou e interveio no jornalismo como instituição política, que deveria ser colocada a serviço da cidadania por intelectuais comprometidos com uma missão cívica. Supunha-se parte dos coletivos republicanos que não pretenderiam sofrer nem possuir meios de opressão, “que desejam a liberdade para si tanto quanto para os outros”, sem, contudo, renunciar, como indivíduo, à ideia de que “é preciso dirigir o público”, sendo esse “o papel da imprensa”, como disse em 1948 (Camus *apud* Renou, 1993, p. 81).

Camus jamais foi ingênuo, tendo pleno conhecimento de que “a imprensa tem de lidar com os mantenedores e policiais que lhe são próprios”. Sabia que os empresários a aviltam e que os censores, por vezes, lhe sujeitam. E que “cada um usa o outro como pretexto para justificar seus próprios abusos” (Camus, 1957, p. 3). Como em tantos outros, porém, havia nele uma obstinação contra os fatos, uma crença muito forte no poder das ideias, isto é, uma ideologia, que não apenas o impedia de sucumbir no cinismo, mas foi talvez o maior motivo para ele ter sido Camus, e não um outro qualquer. Apesar de só até certo ponto, é claro, os jornalistas teriam, em seu ver, o poder de redimir a imprensa de seu mau uso, de suas deformações – se, pondo de lado o culto da novidade, a informação pela informação, pior ainda se essa se encontra dominada pelo sensacionalismo, investissem na atitude crítica e responsável, se comprometessem em ajudar o cidadão a entender e a se posicionar perante os grandes temas de sua época.

Conforme dizia o autor, “as notícias” sem dúvida interessam, mas, em sendo relevantes, “refletem as forças caóticas da história”, não se esgotam no “calor de cada momento”, precisando, pois, serem interpretadas pelos jornalistas, já que só eles, como observadores, mais



que bem informados, capazes de pensá-las numa perspectiva mais ampla, podem nos ajudar a assimilá-las produtivamente (Camus, 2007, p. 25). O jornalismo conservaria consigo os meios para se tornar uma segunda escola, cotidiana, para o cidadão preocupado com a república. Ainda que impuro e sujeito à corrupção, representaria uma comunidade ao mesmo tempo livre e variada, em que os intelectuais poderiam se encontrar, para desenvolver pública e competitivamente sua condição de guias de uma cidadania não obstante respeitada em sua honra e direitos.

O papel da verdadeira imprensa, que esta deve disputar com a falsa, é elaborar ideias baseadas em informações, em vez de promover o fanatismo ou explorar sensações; é ser popular, sem ser vulgar. O propagandismo partidário e a demagogia mercadológica que haviam avançado sobre a imprensa poderiam ser contrabalançados e, talvez, neutralizados por um jornalismo independente dirigido por intelectuais comprometidos com a zeladoria da consciência pública de suas audiências. A tarefa ao mesmo tempo modesta e ambiciosa da qual se deve incumbir o sujeito independente no jornalismo consiste em formar consciências e corações, ajudar o cidadão a despertar e a se orientar em relação aos problemas e desafios da vida pública no âmbito cotidiano.

Camus acreditava no jornalismo como vocação de um coletivo individualizado, interessado em orientar o público a respeito das grandes questões, fora do registro ideológico dos partidos, em meio à época na qual a notícia, todavia, já se tornara, para as massas, a principal matéria de consumo dos jornais, e a opinião, colocada em segundo plano, estava para seguir-lhe os passos entre os segmentos intelectualizados, ao igualmente converter-se em mercadoria. Como tantos outros jornalistas de talento em todos os tempos, ele elaborou seus pensamentos sobre as ações das quais foi protagonista no seu desenrolar, sem se dar conta de que a reflexão exige distanciamento para, em princípio, ser relativamente esclarecedora ao que está em jogo em cada situação; para poder, em tese, livrar-se dos prejuízos, eventualmente combinados, do provincianismo imediatista e da cegueira ideológica.

Aparentemente, passou-lhe despercebido que, embora teoria e prática formem unidade, não são idênticas, precisando ser pensadas em seus respectivos momentos, se é para apreendermos seu desenvolvimento em conjunto. O pensamento não tem como refletir livremente sobre a experiência que está emergindo no momento em que esta acontece, seja porque tende a ser absorvido pelo mesmo, seja porque tende a enquadrá-lo nos seus preconceitos, não sendo exceção, antes pelo contrário, o jornalismo (Zamit, 2014).

Anacrônico e utópico à luz dos desenvolvimentos em curso na imprensa internacional já na sua época, o escritor franco-argelino pensou o jornalismo e procurou pô-lo em prática de



acordo com o modelo da publicística liberal burguesa às vésperas de seu país ingressar na era do consumo e do capitalismo de organização. Agenciou por meio da ação e do pensamento o entendimento surgido à época de Zola (1998), segundo o qual os jornalistas teriam o comando da profissão e poderiam fornecer-lhe a direção que desejam, bastando conquistar a confiança e a fidelidade do público apenas por suas virtudes. Retomar-lhe as ideias é um exercício de análise em negativo do que se tornou, talvez, a maior parte do jornalismo na era da informação rápida e descartável.

Apesar de o avanço do respectivo fetichismo levar à corrupção da consciência imediata em todos os níveis da vida social, conforme se estendem e massificam as relações mercantis, Camus logrou ser voz maior, na França, de geração que seguia crendo que a honestidade intelectual, a independência de espírito e o compromisso com a busca da verdade seriam, por si sós, forças suficientes para plasmar a atividade jornalística no que ela tem de mais próprio. Veio a ser encarnação simultaneamente heroica e patética de um liberalismo cívico destinado à marginalização política e intelectual, no momento em que a indústria cultural surgida em seu país ingressava no que podemos chamar de seu estágio sistêmico.

Defendendo o jornalismo de ideias, contra a pura e simples imprensa de informação, a partir da premissa de que seu sujeito sabe mais do que o público e, assim, poderia esclarecê-lo, apontar a atitude a tomar, o autor se impediu de notar que, avançando as comunicações de massa, a tendência – agora exponenciada com as redes sociais – é a substituição dos intelectuais tradicionais, portadores de uma consciência universal, por meio da qual se expressariam os públicos, por uma inteligência pulverizada, anônima e fugaz, cujos primeiros porta-vozes, em vez dele, foram, talvez, Andy Warhol e Marshall McLuhan.

Tendo se desviado da política partidária e da subserviência às ideologias dominantes, ele seguiu acreditando, quase até o final, na capacidade de os intelectuais fazerem a diferença e conduzirem a opinião pública de maneira concorrente e individualizada. A práxis jornalística deve evitar o partidarismo político e ser responsável perante sua audiência, mas não é algo em que a coletividade deva interferir: ela, em última análise, e não somente em situação de guerra, concerne sempre apenas ao jornalista, seja individualmente (conforme pregou em seu “Manifesto pelo Jornalismo”, de 1939), seja como um intelectual coletivo e democrático (no qual se convertera o *Combate*, até 1947) (Guerin, 1990).

Segundo tudo indica, foi só no final, com os dissabores vividos em suas tentativas de mediar o conflito franco-argelino, que ele veio a reconhecer que, muitas vezes, o jornalista e, mais amplamente, os intelectuais não têm como “influir no curso dos acontecimentos” (Camus, 1939 *apud* Santos-Sainz, 2016) e que, para sua própria preservação, é melhor que aqueles



últimos pensem muito sobre quando e como devem intervir na história imediata. Tendo entrevisto a crescente e de início silenciosa influência das forças de mercado na vida dos jornais dirigidos ao público mais exigente e intelectualizado, Camus eventualmente começou a notar que, em meio à era de massas, a tendência é o intelectual igualmente se tornar mais ou menos massivo, no sentido de ser menos responsável pela formação da consciência pública.

Tivesse mais tempo de vida, quem sabe ele não argumentaria contra Sartre (Moraes, 2022), que, em vez de se esforçarem para influir nos acontecimentos, tentarem ser a consciência da nação e os donos da verdade, o melhor que os intelectuais podem fazer, quando se trata de jornalismo, é sair de cena ou, pelo menos, restringir o volume e a ambição das intervenções públicas. Seja porque elas deixaram de ser oportunas e iluminam cada vez menos as consciências, em uma era de massas, seja porque assim eles se vulgarizam, empobrecem sua própria capacidade de reflexão, ou mesmo sucumbem em fiasco, como ele concluiria relativamente à sua atuação no caso da Argélia e, mais tarde, Foucault (1998) descobriria diante do caso, pelo próprio reportado, da Revolução Iraniana de 1979.

Camus queria um jornalismo engajado, sem ser subserviente; politizado, sem ser propagandista. Sonhou em informar o público sem abrir mão de oferecer-lhe análise independente, arguindo que sem uma e sem outro não há como fazer bom jornalismo. Hoje, porém, a tendência parece ser se informar cada vez mais, sem, todavia, pensar no que cada notícia e mesmo no que cada comentário significam à luz da consciência, se não da vida pública. Tornou-se, no mínimo, paradoxal ou insólita, para algumas cabeças, sua máxima de que a informação “não pode ser dada sem um comentário crítico”, e vice-versa, assim como sua pretensão de que “a imprensa, como um todo, poderia adotar esta fórmula” (Camus, 1984, p. 22).

Referências

- ARONSON, Ronald. **Camus e Sartre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- BARRETO, Vicente. **Camus: vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- CAMUS, Albert. **Algerian Chronicles**. Cambridge: Harvard University Press, 2013.
- CAMUS, Albert. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- CAMUS, Albert. **Moral e política**. Madrid: Alianza, 1984.
- CAMUS, Albert. Hommage a un journaliste exilé. **La Revolution Prolétarienne**, Paris, n. 422, p. 2-4, 1957.



- CAMUS, Albert. **L'homme révolté**. Paris: Gallimard, 1951. (Col. Folio).
- CAMUS, Albert. **La peste**. Paris: Gallimard, 1947. (Col. Folio).
- CAZIN, Pierre Yves. **Albert Camus journaliste**. Paris: Kairos, 2014.
- CHALABY, Jean. **The invention of journalism**. London: Palgrave, Macmillan, 1998.
- DELPORTE Christian; BLANDIN, Claire; ROBINET, François. **Histoire de la Presse en France**. Paris: Armand Colin, 2016.
- FERREIRA, Carlos. **Literatura e jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Taccuino persiano**. Milão: Angelo Guerino, 1998.
- FRANK, Joseph. **Responses to Modernity**. Nova York: Fordham University Press, 2012.
- GUERIN, Jeanyves. Camus, the journalist. *In*: HUGHES, Edward (org.). **The Cambridge Companion to Camus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GUERIN, Jeanyves (org.). **Camus et le premier Combat (1944-1947)**. Paris: Erasme, 1990.
- HAMOUDA, Ouahiba. **Albert Camus à l'épreuve d'Alger Republicain**. Argel: Office des publications universitaires, 1991.
- ISAAC, Jeffrey. **Arendt, Camus and modern rebellion**. Yale: Yale University Press, 1992.
- JOUVENEL, Robert. **Le journalisme en vingt leçons**. Paris: Payot, 1920.
- JUDT, Tony. **O peso da responsabilidade: Blum, Camus, Aron e o século XX francês**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- KAPLAN, Alice. New perspectives on Camus's algerian chronicles. *In*: CAMUS, Albert. **Algerian chronicles**. Cambridge: Harvard University Press, 2013, p. 1-18.
- LAUZANNE, Stéphane. **Sa majesté la presse**. Paris: Fayard, 1925.
- LOTTMAN, Herbert. **Albert Camus**. Madrid: Alianza, 1994.
- MORAES, Denis. **Sartre e a imprensa**. Rio de Janeiro, Mauad, 2022.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.
- OUIGNON, Hyacinthe. Journalisme et engagement. **Carnets: Revue Électronique d'Études Françaises**, n. 4, p. 15-30, 2015.
- RENOU, Corinne. Caliban, une revue de vulgarisation intellectuelle? **Vingtième Siècle**, Paris, n. 40, p. 75-85, 1993.



SANTOS-SAINZ, Maria. **Albert Camus, periodista**. Madrid: Libros.Com, 2016.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**. New York: Basic Books, 1978.

SMETS, Paul. Camus, editorialiste professionnel. **Bulletins de l'Académie Royale de Belgique**, Bruxelles, n. 22, p. 29-73, 2011.

TODD, Ollivier. **Albert Camus**. Paris: Gallimard, 1996.

WELCH, Edward. **François Mauriac**. Amsterdam: Rodopi, 2006.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

WOOLFOLK, Alan. The artist as cultural guide. **Sociological Analysis**, Oxford, v. 47, n. 2, p. 93-110, 1986.

ZAMIT, Fred. Albert Camus – réflexivité et éthique journalistique. **Les Cahiers du journalisme**, Paris, n. 26, p. 182-197, 2014.

ZOLA, Émile. **The Dreyfus Affair**. Yale: Yale University Press, 1998.

Submetido em: 13.02.2023

Aprovado em: 29.06.2023